

CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL¹

Alexandre Carlesso; Oseias Luan Hunnig; Richard Meneghin; Tiago Alberto Costella²
Cítania Aparecida Pilatti Bortoluzzi; Roberto Kemper; Frankimar Wilson Mazetto³

RESUMO

O objetivo principal do estudo foi averiguar a relevância e impacto da dinâmica contábil dentro da estrutura cooperativa de agronegócio. Para tanto se classificou o estudo quanto ao método como indutivo. O nível de pesquisa foi à descritiva por meio de estudo de campo. O instrumento de coleta de dados foi documental, com documentos obtidos por meio do portal da Cooperativa Agroindustrial Alfa e analisados no mês de março de 2017. A população do estudo foi às cooperativas agroindustriais e a amostra foi representada pela Cooper Alfa. Os dados foram analisados de forma qualitativa. Por meio dos dados levantados foi constituída uma cooperativa de grãos: a COOPERGRAC. Para a demonstração dos dados desenvolveu-se o balanço patrimonial inicial, demonstração de salários e ordenados, provisões com férias e 13º salários, admissão funcionário e rescisão de contrato de trabalho, demonstração de controle de estoque, demonstração de sobra e perdas e balanço patrimonial final. Os principais resultados deste estudo constataram a importância dos controles contábeis para a organização da cooperativa, bem como o fornecimento de informações aos seus cooperados.

Palavras-chave: Cooperativa. Agronegócio. Cooperativismo.

1 INTRODUÇÃO

O ato de cooperar tem ganhado mais espaço. A relação entre sociedade e cooperado, a integração, a democracia na tomada de decisões, autonomia, são palavras chave quando se fala sobre as diversas melhorias e vantagens que acompanham o desenvolvimento de uma cooperativa. Estas sociedades de pessoas, à contracorrente das tão conhecidas Sociedades Anônimas, ganham sua diferença na resposta para com seus integrantes, não seus acionistas. Seu propósito último é, pois o cooperado (YOUNG, 2004).

Na definição de Batalha (1997) o sistema agroindustrial pode ser considerado como o conjunto de atividades necessário para a produção de insumos em produtos finalizados e posto ao consumo. Logo o alto desenvolvimento das cooperativas agroindustriais é responsável por

¹ Atividade Corporativa desenvolvida no curso de Ciência Contábeis da UCEFF, 2017/1.

² Acadêmicos do curso de Ciência Contábeis da UCEFF. E-mail: oseiaslunahunnig@gmail.com; richardlee154@gmail.com; tiagocostella@gmail.com.

³ Orientadores da atividade desenvolvida ao longo do semestre de 2017/1. Docentes da UCEFF.

uma circulação de riqueza em larga escala, considerando a amplitude da cadeia produtiva e das atividades envolvidas.

Espera-se com este trabalho captar parte do funcionamento da massiva contribuição econômica das cooperativas. Vislumbra-se poder desvelar, por meio da criação de uma sociedade cooperada, a complexidade que envolve uma atividade coletiva deste porte. Principalmente no que diz respeito ao impacto contábil gerado pela sua atividade, assim como as diferenças existentes em nosso ordenamento jurídico quanto às cooperativas e as nuances de sua contabilidade aplicada. Para tal, foi evidenciada a seguinte questão problema: **Qual o uso e a importância da contabilidade frente ao gerenciamento de uma sociedade cooperativa?**

Como objetivo geral do trabalho buscou-se averiguar a relevância e impacto da dinâmica contábil dentro da estrutura cooperativa de agronegócio. Assim este estudo justifica-se pelo impacto social exercido pelas cooperativas em nossa contemporaneidade e a necessidade de um estudo que traga em si a importância de uma análise contábil destas.

2 AMBIENTE DE ESTUDO

A cooperação é uma ação natural do ser humano. A agregação de esforços entre pessoas cuja desconsideração acarretaria a frustração de vontades individuais. Deriva-se desta máxima o conceito de cooperativismo: Mecanismo organizacional na sociedade, que por intermédio de ajuda mútua, vale-se da comunhão para resolver problemas comuns no cotidiano (SEBRAE, 2009).

As primeiras cooperativas brasileiras surgiram a partir de 1907 em Minas Gerais com o intuito de eliminar os intermediários da produção agrícola, uma vez que grande parte da comercialização era controlada por forte influência estrangeira. O desenvolvimento subsequente ocorreu ao sul do país, principalmente em comunidades alemãs e italianas, se constituindo através do sistema cooperativista europeu (GONÇALVES, 2005).

No que diz respeito à produção propriamente dita a soja e milho são destaques nacionais, sendo estes os dois cultivos mais importantes do país. Tal importância é evidenciada quando analisamos o impacto gerado pelas exportações dos mesmos. O Brasil mantém o lugar de campeão mundial de exportação e segundo lugar em produção de soja. A versatilidade desta posição pode ser observada no alcance que estes produtos atingem dentro

de outros segmentos de agroindústrias, por exemplo, para a avicultura, leite, carne suína na forma de insumos e até mesmo o biocombustível (HOFFMANN, 2013).

Já no cenário catarinense, é o milho a cultura mais expressiva, tanto em total de área plantada quanto em volume de produção. Esta vasta produção se deve ao fato de o estado de Santa Catarina sobressair-se no cenário nacional como grande produtor de suínos e aves, dada a supracitada relação direta com a produção de insumos para essas culturas. Já para a quantidade de área de plantio, a produção de milho é destaque em pequenas propriedades nas quais são predominantes no estado (ASCOLI, 2008).

Segundo dados da EPAGRI (2014) o mercado internacional do milho nos últimos anos tem se mantido em constante oscilação devido à capacidade das safras de suplantar as necessidades mundiais de consumo. O Brasil ocupa o terceiro lugar entre os principais produtores, com 80,54 milhões de toneladas. O primeiro e segundo lugares no ranking são ocupados por Estados Unidos e China, com representação de 35% e 22% respectivamente da produção mundial.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No trajeto em busca da constituição de uma cooperativa agroindustrial é essencial o aprofundamento de determinadas questões que se provam úteis quanto à compreensão dos fundamentos conceituais que permitirão tal estudo. Assim, este capítulo aborda aspectos relacionados a explorar pontos relevantes da contabilidade, destas aplicadas ao setor de cooperativas; a contabilidade agroindustrial; a legislação social e trabalhista pertinente; assim como por menores da perícia contábil.

3.1 CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA

A contabilidade existe desde o princípio de nossa civilização, e durante muito tempo foi chamada “a arte da escrituração mercantil”. Mais que uma arte, esta ciência garantiu seu espaço frente ao desenvolvimento humano graças às suas informações e nível de controle possível por meio de seu uso, qualquer que seja o empreendimento (FIC, 2009).

Para que toda essa escrituração seja correta necessita-se a adoção das normas contábeis, no Brasil as mesmas são emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), baseando-se nas Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). E é adotado pelo Conselho

Federal de Contabilidade (CFC) e pelos órgãos reguladores, o que torna sua aplicação obrigatória para quase todas as entidades do Brasil, independentemente de serem de capital aberto ou de capital fechado, ou constituídas na forma de sociedade limitada (ALMEIDA; ALMEIDA, 2015).

Quanto mais padronizada a escrituração melhor será e interpretação dos dados nas demonstrações contábeis, que de acordo com CPC (2011) o objetivo das demonstrações contábeis vai ao encontro com o supracitado conceito de contabilidade. Nas palavras do pronunciamento: o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica. Neste sentido, o Balanço patrimonial, é o demonstrativo que evidenciará a composição dos elementos do patrimônio da entidade – bens, direitos e obrigações. Enquanto a Demonstração do resultado do exercício se ocupará em apurar o lucro ou o prejuízo contraído pela entidade.

3.2 CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR DE COOPERATIVAS

Não é estranho ao homem a noção de cooperação. Por certo que a capacidade cooperativa entre nós foi contribuinte do grande avanço da humanidade, contudo desafia à razão sabermos que a noção moderna de cooperativismo datada de meados do sec. XIX tenha tido como propulsão os abusos, a exploração e o egoísmo do capitalismo em seus estágios iniciais (PADILHA, 1966).

Mal poderiam prever os 28 tecelões de Rochdale na Inglaterra em 1842 que a decisão de se unirem para melhorar suas condições de vida ecoaria através do tempo tornando-se observável em todo o mundo e com forte peso nos dias atuais (FRANCISCO, 2003). É com o impulso europeu que o cooperativismo chega ao Brasil em 1847 impulsionado pelos centros urbanos e as cooperativas de consumo. Contudo são as cooperativas agrícolas que começaram a surgir no início do sec. XX que representam hoje a maior força do cooperativismo nacional.

Na área rural, as primeiras cooperativas datam do início do sec. XX. No rio grande do Sul, em 1902, são criadas as Caixas Rurais e, em Minas Gerais, em 1907, as Cooperativas de Produtores Rurais. Estas foram organizadas com o objetivo de eliminar os intermediários da produção agrícola, cuja comercialização era controlada por estrangeiros (FRANCISCO,

2003). Uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender as suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de um empreendimento de propriedade coletiva e de controle democrático. A fim de completarmos esta ideia serve-nos a análise do Quadro 01 onde são mencionados os princípios norteadores da atividade cooperativa (LIMA; OLIVEIRA, 2006).

Quadro 01- Princípios Cooperativistas

1 – Adesão Voluntária e livre. Este princípio visa enaltecer o caráter democrático da gênese de uma cooperativa. Ninguém será forçado a se cooperar tampouco impedido de sua saída.
2 – Gestão Democrática. A faceta da democracia vista sob o aspecto gerencial. Este princípio visa garantir que são os próprios cooperados que praticam as decisões e colocam a cooperativa em funcionamento, sem interferências externas ou que induzam a segregação elitista.
3 – Participação econômica dos membros. Todo o membro tem sua participação econômica quanto do patrimônio da cooperativa por esta formada.
4 – Autonomia e Independência. Mais uma vez ressalta-se o caráter livre e democrático das cooperativas agora quanto ao exercício de suas atividades e funcionamento
5 – Educação, Formação e Informação. A premissa de uma autêntica democracia pressupõem bases de entendimento que permitam a real participação dos sócios. Este princípio garante que tal aspecto seja observado oferecendo capacitação e treinamento a seu cooperador para a efetiva inclusão dos membros
6 – Intercooperação das Cooperativas. As cooperativas não atuam como células isoladas. O princípio da intercooperação intenta que haja uma relação de cooperação entre as próprias cooperativas, impulsionando o próprio movimento cooperativista.
7 – Interesse pela comunidade. O meio em que a cooperativa atua e a forma com que seu impacto é gerenciado nesta, faz parte das linhas gerais que guiam políticas de desenvolvimento local.

Fonte: Adaptado de Lima e Oliveira (2006).

Verifica-se por meio do Quadro 01 que essas relações intrínsecas que caracterizam a atividade cooperativa possuem uma efetividade material quanto ao tratamento dispendido em nosso ordenamento jurídico, que a diferencia. A atividade cooperativa é regulada principalmente pela lei 5.764 de 1971, conhecida como “Lei das Cooperativas”, o Código civil, e a própria Constituição Federal. Ainda que observemos uma tentativa de regulamentação das cooperativas desde seu surgimento no Brasil, podemos dizer que foi com a constituição de 1988, a chamada “constituição Cidadã” que observamos o cooperativismo nacional ter o respaldo jurídico a altura dos apelos sociais que então emergiam (RICCITELLI, 2007).

A relação das cooperativas com o fisco é um elemento bastante importante da diferenciação de uma sociedade cooperativa com as demais espécies empresárias. Contudo, tal distinção apenas se procede no que concerne ao Ato Cooperativo, cuja principal premissa é a ausência de finalidade lucrativa. A própria lei 5764/71 em seu artigo 24 expõe tal vedação, e coadunando com esta, a legislação do Imposto de Renda que garante a não incidência do

imposto, prevê, quando da distribuição de benefícios, a sua incidência plena e tributação dos resultados (VIERA, 2012).

Desse modo notamos que as sociedades cooperativas são uma forma diferenciada de intervenção econômica e social, sendo voltada para o desenvolvimento do cooperado e da sociedade onde está envolvida, sendo de toda forma própria, a diferenciação de tratamento fiscal dispendido por nossa legislação.

3.3 PERÍCIA CONTÁBIL

As aplicações dos conhecimentos científicos, para prestarem utilidade ao ser humano, são suas tecnologias. A contabilidade possui diversas aplicações; logo diversas tecnologias, até o século XVIII, existiam técnicas contábeis, que provinham de exercícios milenares da profissão contábil. A diferença entre técnica e tecnologia é que: a primeira prove do empírico; a segunda, do científico (SÁ, 2011).

Este instrumento especial – a perícia tem espécies distintas, identificáveis e definíveis segundo os ambientes em que se instala a atuar. São esses mesmos ambientes que delinearão suas características intrínsecas e as determinantes tecnologias, são quatro as espécies de pericias: a perícia judicial, a perícia estatal também conhecida como perícia semijudicial, a perícia extrajudicial e a perícia arbitral (ALBERTO, 2009).

A perícia judicial é aquela realizada dentro dos procedimentos processuais do poder judiciário, por determinação, requerimento ou necessidade de seus agentes ativos, e se processa segundo regras legais específicas. Esta espécie de perícia subdivide-se, segundo suas finalidades precípua no processo judicial em meio de prova ou de arbitramento (SANTOS, 2011). Já a perícia estatal é aquela realizada dentro do aparato institucional do estado, porem fora do poder judiciário, tendo como finalidade principal ser meio de prova nos ordenamentos institucionais usuários. A estatal subdivide-se, segundo o aparato estatal atualmente, em policial, parlamentar e administrativo-tributária (ALBERTO, 2009).

Na sequencia a perícia extrajudicial é aquela realizada fora do estado, por necessidade e escolha de entre físicos e jurídicos particulares. Esta espécie de perícia subdivide-se, segundo as finalidades intrínsecas para as quais foram designadas, em demonstrativas, discriminativas e comprobatórias (SANTOS, 2011). E por ultimo temos a perícia arbitral, que é aquela realizada no juízo arbitral – instâncias decisórias criadas pela vontade das partes, não

sendo enquadradas em nenhuma das anteriores por suas características especialíssimas de atura parcialmente como se judicial e extrajudicial fosse. Subdivide-se em probante e decisória (ALBERTO, 2009).

O conselho federal de contabilidade (CFC), órgão máximo da fiscalização do exercício profissional do contador, no Brasil, cumprindo sua função normativa, passou a cuidar da matéria relativa à perícia contábil, e considerando a evolução e a crescente importância da perícia contábil, exigia atualização e aprimoramento das normas endereçadas à sua regência e em 2009 criou a NBC TP 01 – Perícia Contábil e a NBC PP 01 – Perito Contábil, que entrou em vigor no dia 01/01/2010 (CFC, 2012).

A NBC TP 01 estabelece regras e procedimentos técnico-científicos a serem observados pelo perito, quando da elaboração de perícia contábil, no âmbito judicial, extrajudicial, inclusive arbitral, mediante o esclarecimento dos aspectos e dos fatos do litígio por meio de exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, avaliação ou certificação. Já a NBC PP 01 estabelece procedimentos inerentes à atuação do contador na condição de perito (CFC, 2012). A perícia contábil tem a necessidade de se fazer a distinção entre fraude e erro. Em contabilidade, a fraude é uma ação premeditada para lesar alguém, já erro é uma ação involuntária, sem intuito de causar dano. Em muitos casos da perícia contábil, se faz necessário examinar com o objetivo de detectar fraudes, se existe processos na justiça, pois muitos são inquéritos administrativos que requerem o exame já direcionado para encontrar as fraudes, que são praticadas contra sócios, contra herdeiros, contra fisco, contra credores etc. E os peritos são chamados para identificá-las (SÁ, 2011).

3.4 CONTABILIDADE AGROINDUSTRIAL

A contabilidade é uma importante ferramenta para a gerência e tomada de decisão em qualquer ramo de atuação econômico. Com uma visão mais específica a Contabilidade rural veio para o atendimento e auxílio às empresas, indústrias e rurais e para produtores agropecuários. Atendendo a isso a Contabilidade Rural possibilita uma visão global do Agronegócio (MARION, 2002).

A Contabilidade Rural é o ramo da contabilidade aplicada às empresas rurais, é uma aplicação da contabilidade ao setor de agronegócios. Segundo Crepaldi (2007), a Contabilidade Rural é uma necessidade urgente no Brasil, porém ainda pouco utilizada, tanto

pelos empresários quanto pelos contadores. Em geral, considera-se que a função contábil deve ser controlada pelo empresário rural.

As empresas rurais são aquelas cujas atividades são de exploração da capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, criação de animais e transformação de produtos agrícolas, e se dividem em três atividades distintas: a) Atividade agrícola: b) Atividade zootécnica: c) Atividade agroindustrial (MARION, 2002).

Agribusiness, ou Agronegócio pode ser definido como: “O conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários “in natura” ou industrializados” (ARAÚJO, 2003, p.28).

3.5 LEGISLAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

Ao falar-se sobre cooperativas notamos que o signo do trabalhador está sempre presente. Pois o cooperado nada mais é que o próprio trabalhador unido sobre uma forma societária que visa garantir, o que em outras relações trabalhistas é o polo mais fraco da relação de trabalho, não seja subjugado (FRANCISCO, 2003). Desse modo podemos dizer que o motor desenvolvimentista que tracionou a sociedade em direção a formas organizadas de instituição, como as cooperativas, tem como pedra angular o mesmo ímpeto modernista que as conquistas sociais vistas nas novas constituições vanguardistas do século XX, (México em 1917, Alemanha 1919) (CANOTILHO, 2008).

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

O objetivo do estudo foi averiguar por meio das informações fornecidas pela contabilidade a tomada de decisões na gestão administrativa e contábil de uma cooperativa de agronegócio. Para tanto se classificou o estudo quanto ao método como indutivo. O nível de pesquisa foi descritivo, e o delineamento um estudo de campo. O instrumento de coleta de dados foi documental, com documentos obtidos por meio do portal da Cooperativa Agroindustrial Alfa e analisados no mês de março de 2017. A população do estudo foi às cooperativas agroindustriais de Chapeco e a amostra foi representada pela Cooper Alfa. Os dados foram analisados de forma qualitativa.

Para que se possa fazer uma pesquisa e produzir o conhecimento científico, necessita-se de método. O método científico que orienta o estudo foi o indutivo, que segundo Gil, (1999, p.28) “[...] parte-se da observação de dados ou fenômenos cujas causas se desejam conhecer. A seguir, procura-se compará-las com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Por fim, procede-se à generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenômenos”.

O nível de pesquisa utilizado foi à descritiva, que de acordo com o Gil (2010) tem como objetivo descrever as características de uma população. O delineamento da pesquisa foi o estudo de campo. O estudo de campo é realizado onde os fatos estudados acontecem e utiliza-se de entrevista, questionário, mas principalmente a observação (GIL, 2010). Quanto ao instrumento de coleta de dados utilizado nesse estudo foi o documental que é a fonte de coleta de dados que esta restrita a documentos, escritos ou não (MARCONI; LOKATOS 2003).

Por fim a técnica de análise e interpretação de dados utilizada nesta pesquisa como já citado classifica-se como qualitativa. Pesquisa qualitativa nada mais é que a interpretação dos dados se levando em consideração seu conteúdo (FIGUEIREDO *et al.* 2014). Posse se dizer que essa é a forma de apresentação mais adotada na criação de textos.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Como objetivo do estudo foi de averiguar a dinâmica contábil dentro da estrutura cooperativa de agronegócio, por meio de análise de documentos de uma cooperativa já formada, puderam-se absorver exemplos importantíssimos sobre o funcionamento da mesma, e com isso ter uma ideia mais ampla e clara de como constituir uma nova cooperativa.

5.1 CARACTERSTICAS DA EMPRESA OBSERVADA⁴

O levantamento dos dados foi realizado na CooperAlfa, sediada em Chapecó-SC, a mesma foi fundada em 29 de outubro de 1967, atuando no mercado a 49 anos. O ano de 2016 se encerrou com 17.265 associados, sendo mais de 85% inseridas na economia familiar, distribuídas em 80 municípios catarinenses e algumas nas regiões do Paraná. Este mesmo ano

⁴ Dados extraídos do site da empresa.

teve como resultado a geração de um faturamento de R\$ 2.647.778.745 através de 2.922 colaboradores.

Surgindo no mercado para atender a necessidade de busca dos pequenos e médios produtores rurais por uma remuneração mais justa e a valorização do seu trabalho a CooperAlfa possui capacidade de armazenagem de grãos de aproximadamente 12.644.000 milhões de sacas. Esta dimensão garantiu no ano mencionado uma movimentação entre entradas, saídas e circulação de 16.726.950 milhões de sacas. Dentre os grãos utilizados, a soja movimentou 7.635.184 milhões de sacas, o trigo 2.256.269 milhões de sacas, o milho 6.668.887 milhões de sacas, feijão 166.611 mil sacas.

Desta forma a CooperAlfa tem como seu principal segmento a comercialização e armazenagem da produção agrícola dos associados, como milho, soja, feijão e trigo. Mas também executa as atividades de recebimento, armazenagem e classificação de grãos, industrialização de farinhas e rações, produção de citros, suínos, aves e leite em parceria com outras indústrias do sistema cooperativo, fornecimento de insumos aos produtores associados, como sementes, fertilizantes, corretivos e medicamentos veterinários, assistência técnica agropecuária e assessoria aos agricultores na elaboração de projetos agropecuários e de crédito rural, revenda de combustíveis e lubrificantes, bandeira BR.

5.2 CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

A COOPERGRAC – Cooperativa Agroindustrial de Grãos de Chapecó está localizada no bairro Presidente Médici, próximo à Rua Sete de Setembro, na cidade de Chapecó, Santa Catarina. Constituída inicialmente com 20 associados, na qual cada um responsabilizou-se com a integralização de R\$ 30.000,00, totalizando um capital de R\$ 600.000,00.

Os objetivos, obrigações, direitos, assim como benefícios e incentivos da cooperativa sobre os cooperados, a relação entre os mesmos e demais informações sobre o ramo cooperativista que será exercido encontra-se no estatuto social da cooperativa. Estatuto Social é o conjunto de normas que subjagam as diversas ações e atos de determinada cooperativa, elaborado juntamente com os associados para atender as necessidades de ambas as partes (SESCOOP, 2010).

O ramo desenvolvido pela COOPERGRAC será o de compra e comercialização de grãos de soja e milho e derivados para o uso dos produtores. Com finalidade principal de atender os associados e terceiros da melhor forma possível, a cooperativa possibilita também

a armazenagem e produção de ração para outros segmentos agroindustriais, por exemplo, suinicultura e a produção leiteira. O total de investimentos na constituição da cooperativa alcançou a marca de R\$ 866.850,00, na qual R\$ 600.000,00 foram captados por de cooperados e R\$ 266.850,00 por intermédio de financiamento ao Banco Volkswagen no valor de R\$ 60.000,00, empréstimo através do Banco Cooper no valor de R\$ 200.000,00 e na aquisição de um seguro no valor de R\$ 6.850,00.

5.3 ORGANOGRAMA DE CARGOS DA COOPERATIVA

No topo da organização, a assembleia geral corresponde legalmente ao órgão supremo da cooperativa na qual os associados participam de modo direto. Como o próprio nome especifica, reúne-se cooperado e cooperativa a fim de decidir os negócios relativos ao objeto da empresa e o desenvolvimento da mesma através de voto direto (SEBRAE, 2009). Já quanto ao conselho administrativo, também conhecido como diretoria, o mesmo é determinado por meio de eleições dentre os cooperados na assembleia geral, na qual o mandato não irá ser superior a quatro anos.

A fiscalização da atuação da diretoria na sociedade cooperativa fica a cargo do conselho fiscal, fazendo que o órgão fiscalizado atenda com as condições legais das questões contábeis e administrativas. Constituído por três membros, o conselho fiscal não se subordina ao conselho administrativo atuando independentemente a fim de exercer a fiscalização de maneira neutra (SANTOS, GOUVEIA E VIEIRA, 2012). Composta por dois gerentes: o agrícola que é responsável pela coordenação da produção, comercialização, insumos, estocagem, qualidade e assistência técnica à formação do produto, e o gerente corporativo que é responsável em ordenar e sistematizar o modo finanças, recursos humanos, contabilista e administrativa. Com uma grande flexibilidade nas funções, o gerente é responsável nas precauções a fim de evitar desperdícios e também futuros planejamentos para tomadas de decisões.

Logo em seguida encontram-se os supervisores da área de produção/vendas, financeiro e recursos humanos. Estipulada a necessidade de controlar os setores de produção e administração, o supervisor é responsável por uma espécie de gestão diária dos processos mesmo atuando na área controlada, visa a boa conduta de sua equipe a fim de identificar falhas, garantir capacitações para desempenho adequado dos trabalhos. E por fim têm-se os funcionários divididos conforme seus setores, no caso, produção/vendas e administração.

Contratados para exercer determinadas funções e especificações conforme estabelecido em seu contrato de trabalho, ou seja, no setor de produção têm-se os operadores de maquinas, mecânico e auxiliares de produção e no setor cooperativo tem-se analista financeiro e auxiliar de recursos humanos.

5.5 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

A seguir são apresentados o controle de estoque, cálculo de salários e provisões com 13º salário e férias, além dos demonstrativos de resultados como: balanço patrimonial inicial, demonstrativo de sobras e perdas e balanço patrimonial final.

5.5.1 Balanço patrimonial inicial

O Quadro 02 apresenta a representação gráfica do patrimônio inicial da Cooperativa Agroindustrial de Grãos de Chapecó em 01 de março de 2017.

Quadro 02. Balanço Patrimonial Inicial

Cooperativa Agroindustrial de Grãos de Chapecó –COOPERGRAC			
Balanço Patrimonial em 01/03/2017			
1 ATIVO		2 PASSIVO	
1.1 ATIVO CIRCULANTE	200.000,00	2.1 PASSIVO CIRCULANTE	61.850,00
1.1.1 DISPONÍVEL	200.000,00	2.1.1 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	55.000,00
1.1.1.01 Caixa	150.000,00	2.1.1.01 Empréstimo Banco Cooper	40.000,00
1.1.1.02 Bancos Conta Movimento	50.000,00	2.1.1.02 Financiamentos Banco VW	15.000,00
1.1.1.02.01 Banco X	50.000,00	2.1.2 CONTAS A PAGAR	6.850,00
1.1.2 DESPESAS ANTECIPADAS	6.850,00	2.1.2.01 Seguros a Pagar	6.850,00
1.1.2.01 Seguros a Apropriar	6.850,00	2.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE	205.000,00
1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE	660.000,00	2.2.1 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	205.000,00
1.2.1 IMOBILIZADO	660.000,00	2.2.1.01 Empréstimo Banco Cooper L.P.	160.000,00
1.2.1.01 Barracão	100.000,00	2.2.1.02 Financiamentos Banco VW L.P.	45.000,00
1.2.1.02 Silos	300.000,00	2.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
1.2.1.03 Móveis e Utensílios	50.000,00	2.3.1 CAPITAL SOCIAL	600.000,00
1.2.1.04 Veículos	60.000,00	2.3.1.01 Capital Social	600.000,00
1.2.1.05 Maquinas e Equipamentos	100.000,00		
1.2.1.06 Computadores e Periféricos	50.000,00		
TOTAL DO ATIVO	866.850,00	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	866.850,00

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Observa-se através do Quadro 01 que o início das atividades apresentou em um balanço patrimonial de R\$ 866.850,00. Deste montante R\$ 600.000,00, foi investido com o

capital social integralizado pelos cooperados, sendo que deste, os 20 associados aplicaram a quantia igualitária de R\$ 30.000,00.

No ativo circulante, como disponível tem-se o caixa no valor de R\$ 150.000,00, e na conta movimento mais preciso no Banco X tem o valor de R\$ 50.000,00. Ainda dentro do circulante, encontram-se as despesas antecipadas compostas por seguros a apropriar no valor de R\$ 6.850,00. Dentro do ativo não circulante situa-se as contas de imobilizado, barracão avaliado em R\$ 100.000,00, silos em R\$ 300.000,00, moveis e utensílios em R\$ 50.000,00, veículos em R\$ 60.000,00, maquinas e equipamentos em R\$ 100.000,00 e computadores e periféricos no valor de R\$ 50.000,00.

Nas origens apresentam-se um empréstimo no valor total de R\$ 200.000,00 por meio do Banco Cooper dividido em R\$40.000 no curto prazo e R\$ 160.000,00 no longo prazo, um financiamento através do Banco Volkswagen avaliado em R\$ 60.000,00, estipulado o pagamento de R\$ 15.000,00 dentro do exercício e R\$ 45.000,00 para os exercícios futuros. Ainda em relação ao passivo circulante, têm-se as contas a pagar que no caso representa o seguro a ser pago.

5.5.2 Folha de Pagamento e Provisões

No Quadro 03, possui o cálculo de Folha de pagamento e encargos COOPERGRAC.

Quadro 03. Cálculo de salário e Encargos Sociais

Cálculo de salário e Encargos Sociais								EM R\$
Cargo	Jornada	Salários	Total	FGTS	INSS	BASE IR	IRPF	Liquido
Gerente	220	8.000,00	8.000,00	640,00	608,44	7.391,56	1.163,32	6.228,24
Gerente	220	8.000,00	8.000,00	640,00	608,44	7.391,56	1.163,32	6.228,24
Supervisor	220	5.000,00	5.000,00	400,00	550,00	4.450,00	365,12	4.084,88
Supervisor	220	5.000,00	5.000,00	400,00	550,00	4.450,00	365,12	4.084,88
Supervisor	220	5.000,00	5.000,00	400,00	550,00	4.450,00	365,12	4.084,88
Encarregado	220	3.000,00	3.000,00	240,00	330,00	2.670,00	57,45	2.612,55
Mecânico	220	2.500,00	2.500,00	200,00	225,00	2.275,00	27,83	2.247,18
Analista Financeiro	220	2.000,00	2.000,00	160,00	180,00	1.820,00		1.820,00
Operador de Máq.	220	2.000,00	2.000,00	160,00	180,00	1.820,00		1.820,00
Operador de Máq.	220	2.000,00	2.000,00	160,00	180,00	1.820,00		1.820,00
Auxiliar de RH	220	1.200,00	1.200,00	96,00	96,00	1.104,00		1.104,00
Auxiliar de produção	220	1.200,00	1.200,00	96,00	96,00	1.104,00		1.104,00
Auxiliar de produção	220	1.200,00	1.200,00	96,00	96,00	1.104,00		1.104,00
Auxiliar de produção	220	1.200,00	1.200,00	96,00	96,00	1.104,00		1.104,00
Auxiliar de produção	220	1.200,00	1.200,00	96,00	96,00	1.104,00		1.104,00
Total		48.500,00	48.500,00	3.880,00	4441,89	44.058,11	3.507,27	40.550,84

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

De acordo com o Quadro 03 podemos notar que a cooperativa COOPERGRAC possui 15 colaboradores e 8 níveis de cargos e salários, em escala decrescente apresenta-se os dois gerentes, o agrícola e cooperativo, no topo com salário mensal de R\$ 8.000,00 bruto para ambos, na qual descontado todos os encargos resultou no valor líquido de R\$ 6.228,24, vale ressaltar que incide IRPF também pois o salário é superior R\$ 1.903,00 líquido como estipulado por lei.

Em seguida têm-se os três supervisores com salário mensal bruto de R\$ 5.000,00 onde deduzidos os encargos de FGTS, INSS e IRPF apresenta-se o valor líquido de R\$ 4.084,88. A cooperativa possui também um encarregado e um mecânico com salário bruto de R\$ 3.000,00 e R\$ 2.500,00 respectivamente que líquido resulta em R\$ 2.612,55 e R\$ 2.247,18, um analista financeiro e dois operadores de máquinas aonde ambos têm salários mensais brutos de R\$ 2.000,00 que deduzidos dos impostos apresenta liquidamente R\$ 1.820,00. Por fim, os dois últimos níveis dispõem de salário base igual a R\$ 1.200,00 onde aplicado, assim como os demais níveis, os descontos estabelecidos por lei, recebem o líquido de R\$ 1.104,00 mensalmente.

No Quadro 04, possui as provisões de férias, 13º salário e encargos sociais da Cooperativa Agroindustrial de Grãos de Chapecó- COOPEGRAC.

Quadro 04. Provisões de férias/13º salário e encargos sociais

Cargo	Provisões de Férias / 13º salário				EM R\$
	Salários	Período	Prov. Férias	Prov. 13º	Prov. FGTS e Férias.
Gerente	8.000,00	1/12 Avos	888,87	666,67	124,44
Gerente	8.000,00	1/12 Avos	888,87	666,67	124,44
Supervisor	5.000,00	1/12 Avos	555,54	416,67	77,78
Supervisor	5.000,00	1/12 Avos	555,54	416,67	77,78
Supervisor	5.000,00	1/12 Avos	555,54	416,67	77,78
Encarregado	3.000,00	1/12 Avos	333,33	250,00	46,67
Mecânico	2.500,00	1/12 Avos	277,77	208,33	38,89
Analista Financeiro	2.000,00	1/12 Avos	222,22	166,67	31,11
Operador de Máq.	2.000,00	1/12 Avos	222,22	166,67	31,11
Operador de Máq.	2.000,00	1/12 Avos	222,22	166,67	31,11
Auxiliar de RH	1.200,00	1/12 Avos	133,33	100,00	18,67
Auxiliar de produção	1.200,00	1/12 Avos	133,33	100,00	18,67
Auxiliar de produção	1.200,00	1/12 Avos	133,33	100,00	18,67
Auxiliar de produção	1.200,00	1/12 Avos	133,33	100,00	18,67
Auxiliar de produção	1.200,00	1/12 Avos	133,33	100,00	18,67
Total	48.500,00		5.388,75	4.041,67	754,43

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Observa-se no Quadro 04, as provisões de férias e 13º salários, impostas sobre os salários base, os salários como já citados anteriormente no Quadro 03 serão divididos em 12 avos e provisionados 1/12 avos por mês, para o cálculo de férias será sempre acrescentado o valor percentual de 33,33% sobre o 1/12 avos, além do valor provisionado de férias e 13º também é provisionado o FGTS sobre os mesmos, apurado todas as provisões cargo a cargo, R\$ 5.388,75 nas provisões com férias, R\$ 4.041,67 em provisões com 13º salário e R\$ 754,43 em provisões de FGTS.

5.5.3 Admissão de Funcionário

A COOPERGRAC efetuou a contratação de João dos Santos no dia 01/03/2017, admitido como auxiliar de produção, o qual receberá a quantia mensal de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), efetuados os devidos descontos permitidos por lei. Tendo assim, contrato de trabalho por prazo determinado com cláusula assecuratória de direito recíproco de rescisão antecipada.

O prazo do presente contrato será de 45 dias a contar de 01/03/2017 até a data de 14/04/2017. O empregado irá exercer a função de Auxiliar de Produção, de acordo com as condições gerais previstas no presente contrato, e mais as funções que vierem a serem objetos de ordens verbas e/ou escritas, por meio de avisos, segundo as necessidades do empregador desde que compatíveis com as atribuições do empregado.

5.5.4 Rescisão de Contrato Trabalhista

Completados 30 dias após a contratação de João dos Santos a COOPERGRAC realizou a rescisão do contrato de trabalho do colaborado. Esta nada mais é que a formalização do fim do vínculo empregatício. No caso atual é uma rescisão de contrato de trabalho por prazo determinado com cláusula assecuratória de direito recíproco de rescisão antecipada. As verbas rescisórias com base salarial de R\$ 1.200,00 durante o período de 30 dias trabalhados, o empregado teve direito a 1/12 avos de 13º salário correspondendo a R\$ 100,00 férias de 1/12 avos de R\$ 100,00 e o adicional de férias 33,33%, além de 7,5 dias de indenização no valor de R\$ 300,00. Somando todas as verbas acima citadas o valor bruto resultou em R\$ 1.733,33.

Das deduções João dos Santos teve 8% de previdência social aplicado ao 13º, obtendo R\$ 8,00 e mais R\$ 96,00 correspondente a 8% em cima do salário. Totalizando assim as deduções o valor de R\$ 104,00. Após a apuração de verbas e deduções condizente ao dia admissional 01/03/2017 e data da rescisão 30/03/2017 João dos Santos recebeu o valor líquido de R\$ 1.629,33.

5.5.5 Controle de Estoque

No Quadro 05 é demonstrado o controle de estoque da cooperativa COOPERGRAC

Quadro 05. Controle de Estoque

Produto	Entradas			Saídas		
	Quantidade em KG	Valor Unitário KG	Valor Total	Quantidade em KG	Valor Unitário KG	Valor Total
Milho						
Milho	150.000	R\$ 0,59	R\$ 88.500,00			
				150.000	R\$ 0,59	R\$ 88.500,00
Soja						
Soja	50.000	R\$ 0,85	R\$ 42.406,25			
				50.000	R\$ 0,85	R\$ 42.406,25
Matéria Prima						
Milho	40.000	R\$ 0,81	R\$ 32.450,00			
Soja	20.000	R\$ 0,92	R\$ 18.437,50			
Insumos	2.000	R\$ 5,00	R\$ 10.000,00			
Milho				40.000	R\$ 0,81	R\$ 32.450,00
Soja				20.000	R\$ 0,92	R\$ 18.437,50
Insumos				2.000	R\$ 5,00	R\$ 10.000,00
Ração						
Ração	62.000	R\$ 0,98	R\$ 60.887,50			
				18.600	R\$ 0,98	R\$ 18.266,25
				43.400	R\$ 0,98	R\$ 42.621,25

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Observa-se através do Quadro 05 como o estoque da COOPERGRAC foi controlado. Por meio do ato cooperado foi comprado 150.000 mil KG de milho a um preço de R\$ 0,80 por kg que deduzindo os créditos de ICMS, PIS, COFINS, tem um custo de R\$ 0,59 por kg, ainda através do ato cooperado foi realizado uma compra de 50.000 mil kg de soja pelo valor de R\$ 1,15 por kg, com as deduções de créditos teve um custo de R\$ 0,85 por kg

No ato não cooperado foi realizado compras de milho e soja como matéria prima de ração que com o acréscimo de outros insumos gerou uma produção de 62.000 mil kg de ração a um custo de R\$ 0,98 por kg, toda essa produção foi vendida, sendo que 18.600 mil kg foram vendidos através do ato cooperados e 43.400 mil kg foram vendidos no ato não cooperado.

5.5.6 Demonstração de Sobras ou Perdas

No Quadro 06 está sendo demonstrada a demonstração de sobras e perdas da Cooperativa COOPERGRAC.

Quadro 06. Demonstração de Sobras e perdas

Cooperativa Agroindustrial de Grãos de Chapecó –COOPERGRAC			
Demonstração de Sobras ou Perdas			
De 01/03/2017 até 31/03/2017			
EM R\$			
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
(=) Ingressos e Receita Bruta de Vendas	331.000,00	99.300,00	430.300,00
(-) Impostos Incidentes sobre as Vendas	(86.887,50)	(26.066,25)	(112.953,75)
(-) ICMS	(56.270,00)	(16.881,00)	(73.151,00)
(-) PIS	(5.461,50)	(1.638,45)	(7.099,95)
(-) COFINS	(25.156,00)	(7.546,80)	(32.702,80)
(=) INGRESSOS E RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	244.112,50	73.233,75	317.346,25
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(149.172,50)	(42.621,25)	(191.793,75)
(=) SOBRA E LUCRO BRUTO	94.940,00	30.612,50	125.552,50
(-) Dispêndios e Despesas Operacionais	(63.120,85)	(27.051,79)	90.172,65)
(-) Dispêndios e Despesas Administrativas	(3.783,12)	(1.621,34)	5.404,45)
(-) Dispêndios e Despesas com Honorários Contábeis	(2.800,00)	(1.200,00)	(4.000,00)
(-) Dispêndios e Despesas com Salários e Ordenados	(33.950,01)	(14.550,00)	(48.500,01)
(-) Dispêndios e Despesas com Rescisões	(210,00)	(90,00)	(300,00)
(-) Dispêndios e Despesas com Provisões de Férias e 13º	(6.601,29)	(2.829,13)	(9.430,42)
(-) Dispêndios e Despesas com Encargos Sociais	(3.260,90)	(1.397,53)	(4.658,43)
(-) Dispêndios e Despesas com Energia Elétrica	(2.275,00)	(975,00)	(3.250,00)
(-) Dispêndios e Despesas com Depreciação	(3.091,67)	(1.325,00)	(4.416,67)
(-) Dispêndios e Despesas com Juros	(830,67)	(356,00)	(1.186,67)
(-) Dispêndios e Despesas Tributárias	(875,00)	(375,00)	(1.250,00)
(-) Dispêndio e Despesas com Equipamentos de Segurança	(1.960,00)	(840,00)	(2.800,00)
(-) Dispêndios e Despesas com Assistência Técnica e Educacional	(3.500,00)	(1.500,00)	(5.000,00)
(=) SOBRAS OU PERDAS E RESULTADO OPERACIONAL	31.802,36	3.553,51	35.355,86
(-) IR	0,00	(533,03)	(533,03)
(-) CSLL	0,00	(319,82)	(319,82)
(=) SOBRAS OU PERDAS E RESULTADO DO EXERCÍCIO	31.802,36	2.700,66	34.503,02
(-) Reservas Legal	(3.180,24)	0,00	(3.180,24)
(-) Rates	(1.590,12)	(2.700,66)	(4.290,78)
(=) SOBRAS OU PERDAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL	27.032,00	0,00	27.032,00

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Observa-se no Quadro 06 a demonstração de sobras e perdas da cooperativa COOPERGRAC, após o termino do exercício, no ato cooperado o ingresso com vendas

somou o valor de R\$ 331.000,00, os impostos sobre as vendas totalizaram R\$ 86.887,50 o custo do produto no ato cooperado ficou em R\$ 149.172,50, os dispêndio operacionais que foram proporcionais a 70% somaram R\$ 63.120,85 após a dedução dos custo do produto e dos dispêndio sobrou R\$ 31.802,36, e como o ato cooperado não paga IRPJ e CSLL esse valor foi dividido entre reserva legal, Rates e saldo a disposição dos cooperado, em rates ficou 5% do valor equivalente R\$ 1.590,12, na reserva legal ficou 10% equivalente a R\$ 3.180,18 e o saldo final a disposição da assembleia geral ficou em R\$ 27.032,00.

No ato não cooperado a receita com vendas ficou em R\$ 99.300,00 os impostos sobre vendas ficaram em R\$ 26.066,25 e custo do produto vendido ficou em R\$ 42.621,25. As despesas operacionais equivalentes a 30% do total ficaram em R\$ 27.058,99, antes do IRPJ e CSLL o ato não cooperado tinha um saldo de R\$ 3.553,51 que após apuração dos mesmos tem um IRPJ de R\$ 533,03 e CSLL de R\$ 319,82 e sobrou o valor de R\$ 2.700,66 que foram destinadas para o Rates da cooperativa.

5.5.7 Balanço patrimonial final

No quadro 07, apresenta-se o balanço final da Cooperativa Agroindustrial de Grãos de Chapecó – COOPERGRAC após um mês de exercício.

Quadro 07. Balanço Patrimonial Final

Cooperativa Agroindustrial de Grãos de Chapecó –COOPERGRAC			
Balanço Patrimonial em 31/03/2017			
ATIVO		PASSIVO	
EM R\$		EM R\$	
1.1 ATIVO CIRCULANTE	339.434,17	2.1 CIRCULANTE	173.268,36
1.1.1 DISPONÍVEL	254.934,17	2.1.1 Obrigações Sociais e Trabalhistas	62.888,85
1.1.1.01 Caixa	23.705,00	2.1.1.01 Salários a Pagar	39.446,84
1.1.1.02 Bancos Conta Movimento	231.229,17	2.1.1.02 INSS a Recolher	4.449,89
1.1.1.02.01 Banco X	231.229,17	2.1.1.03 FGTS a Recolher	4.658,43
1.1.2 Realizável a Curto Prazo	84.500,00	2.1.1.04 IRF a Recolher	3.507,27
1.1.2.01 Duplicatas a Receber	84.500,00	2.1.1.05 Provisão p / 13º Salário	3.941,67
		2.1.1.06 Provisão p /Férias	5.255,42
		2.1.1.07 Rescisão a pagar	1.629,33
		2.1.2 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	55.000,00
		2.1.2.01 Empréstimo Banco Cooper	40.000,00
		2.1.2.02 Financiamentos Banco VW	15.000,00
1.1.3 DESPESAS ANTECIPADAS	6.286,99	2.1.3 CONTAS A PAGAR	6.279,17
1.1.3.01 Seguros a Apropriar	6.286,99	2.1.3.01 Seguros a Pagar	6.279,17
		2.1.4 Obrigações Tributárias	49.102,07
		2.1.4.01 ICMS a Recolher	31.246,00
		2.1.4.02 PIS Receita a Recolher	3.032,70
		2.1.4.03 COFINS Receita a Recolher	13.968,80

1.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE	662.466,89	2.1.4.08 IRPJ a Recolher	533,03
1.2.1 IMOBILIZADO	655.583,33	2.1.4.09 CSLL a Recolher	319,82
1.2.1.01 Barracão	100.000,00	2.2 NÃO CIRCULANTE	200.416,67
1.2.1.02 Silos	300.000,00	2.2.1.01 Empréstimos e Financiamentos	200.416,67
1.2.1.03 Móveis e Utensílios	50.000,00	2.2.1.01 Empréstimo Banco Cooper L.P.	156.666,67
1.2.1.04 Veículos	60.000,00	2.2.1.02 Financiamentos Banco VW L. P.	43.750,00
1.2.1.05 Maquinas e Equipamentos	100.000,00	2.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	634.503,01
1.2.1.06 Computadores e Periféricos	50.000,00	2.3.1 Capital Social	600.000,00
1.2.1.07 (-) Depreciação Acumulada	(4.416,67)	2.3.2 RESERVAS DE SOBRAS	34.503,02
1.2.2 INTANGÍVEL	6.883,56	2.3.2.01 Reserva Legal	3.180,24
1.2.2.01 Softwares	7.500,00	2.3.2.02 RATES	4.290,78
1.2.2.02 (-) Amortização Acumulada	(616,44)	2.3.2.03 Sobras Disposição da AGO	27.032,00
TOTAL DO ATIVO	1.008.188,04	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.008.188,04

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Após um mês de atividade ocorrido os atos e fatos registrados, apurada a demonstração de resultado do exercício, assim como feita a distribuição de sobras acumuladas no período, obteve-se o balanço patrimonial final evidenciado no Quadro 07.

Os investimentos dos associados foram de R\$ 600.000,00 e retorno dessa aplicação foi com um total de R\$ 34.503,01 em sobras, na qual foram dispersas em R\$ 3.180,24 para reserva legal, R\$ 4.290,78 em Rates e R\$ 27.032,00 nas sobras a disposição da Assembleia geral ordinária. Os recursos aplicados na atividade da empresa estruturado no ativo circulante, após o período mensal de exercício estão representados em: disponível cotado em R\$ 254.934,17 aonde encontram-se o valor de R\$ 23.705,00 no caixa da cooperativa, R\$ 231.229,17 na conta movimento do Banco X e R\$ 84.500,00 em duplicatas a receber a mesma ainda possui um seguro a apropriar de R\$ 6.286,99.

Apresentados no ativo não circulante, os imobilizados estão avaliados no valor total de R\$ 660.000,00, contendo os bens seguidos por seus valores contabilmente registrados: Barracão R\$ 100.000,00; Silos R\$ 300.000,00; Moveis e Utensílios R\$ 50.000,00; Veículos R\$ 60.000,00; Máquinas e Equipamentos R\$ 100.000,00; Computadores e Periféricos R\$ 50.000,00, sobre os mesmos registrou-se depreciação acumulada de R\$ 4.416,67. Também presente no não circulante intangível, softwares no valor de R\$ 7.500,0 amortizado com R\$ 616,44.

Nas origens de recursos, dentro do passivo circulante apresentam-se todas as obrigações sociais e trabalhistas sobre a cooperativa, assim como salários a pagar, INSS a recolher, FGTS a recolher, IRF a recolher, Provisão para 13º salário e provisão para férias e

rescisões a pagar, somando um resultado de R\$ 62.888,85. Assim como as contas de empréstimos e financiamentos acumuladas em R\$ 55.000,00 para serem pagas ainda nos próximos 12 meses de atividade. Por fim do ativo circulante além do seguro a pagar tem-se as obrigações tributárias, especificadas em ICMS a recolher, PIS receita a recolher, COFINS receita a recolher, IRPJ a recolher e CSLL a recolher que resultou no valor de R\$ 49.100,34. E o restante dos valores devidos em empréstimos e financiamentos avaliados em R\$ 200.416,67 para exercícios futuros dentro do não circulante.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O objetivo principal do estudo foi averiguar a relevância e impacto da dinâmica contábil dentro da estrutura cooperativa de agronegócio. E por meio do presente estudo desenvolveu-se a Cooperativa Agroindustrial de Grãos de Chapecó – COOPERGRAC.

De acordo com o balanço patrimonial inicial, nota-se que o investimento dos cooperados foi de R\$ 600.000,00 e de capital de terceiros foram capitados R\$ 260.000,00. Esse capital foi investido em imobilizado e deixado em disponível através do caixa e da conta banco a cooperativa. Durante o mês de atividade da COOPERGRAC, a mesma realizou ato cooperado e ato não cooperado e isso foi proporcional 70% de toda a atividade foram provenientes do ato cooperado e 30% foram por meio do ato não cooperado, isso se dá tanto na compra e venda de mercadorias quanto nas despesas ocorridas no decorrer do mês.

Assim também foi desenvolvido durante o estudo, cálculo de salários e ordenados, provisões com 13º salários e férias, além de admissão de funcionário e rescisão de contrato do mesmo. Na sequência foi elaborado o controle de estoque da COOPERGRAC, onde se registrou toda a entrada de mercadoria e toda a saída da mesma.

A COOPERGRAC faturou R\$ 430.300,00, desse total R\$ 331.000,00 provenientes do ato cooperado e R\$ 99.300,00 através do ato não cooperado. Este teve custo da mercadoria vendida de R\$ 191.793,75. O gasto com as despesas operacionais ficou em R\$ 90.196,64 após a dedução das despesas no ato cooperado sobrou R\$ 31.802,36 e no ato não cooperado R\$ 3.553,51. No ato cooperado foram destinados 10 % do valor equivalente a R\$ 3.180,24 para a reserva legal e 5% equivalente a R\$ 1.590,12 foi destinada para o Rates. Permaneceu à disposição da assembleia geral R\$ 27.032,00. No ato não cooperado teve incidência de IRPJ no valor de R\$ 533,03 e CSLL R\$ 319,82 e sobrou R\$ 2.700,66 que foi destinado para o Rates da cooperativa.

Após o termino de exercício do dia 31/03/2017 o balanço patrimonial final apresentado ficou da seguinte forma: em ativo circulante ficou R\$ 339.434,17 que está distribuído em caixa, conta banco, duplicatas a receber e seguro a apropriar, já no ativo não circulante tem o valor de R\$ 662.466,89 que está distribuído em imobilizado e intangíveis e das contas redutoras como depreciação acumulada e amortização acumulada.

No passivo ficou R\$ 173.268,36 no circulante, onde está incluso obrigações sociais e trabalhistas, obrigações instituições financeiras, contas a pagar e obrigação tributaria. Já no não circulante tem R\$ 200.416,67 que são obrigações com terceiros para os próximos exercícios, o patrimônio líquido fechou em R\$ 634.503,02, aonde temos capital social integralizado e reservas e sobras do exercício anterior.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia Contábil**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti; ALMEIDA, Rafael Jachelli. **Regulamentação Fiscal das Normas Contábeis do IFRS e CPC**. São Paulo, Atlas, 2015.

ARAUJO, Massilon. **Fundamentos de Agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2003.

ASCOLI, Lidiana; ORLOWSKI, Rosemari. **O déficit Entre a Produção e Consumo de Milho em Santa Catarina com Ênfase na Região Oeste Catarinense a Partir da Década de 90**. Chapecó: 2008. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net>. Acesso em março 2017.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Agroindustrial**. V.1. São Paulo: Atlas, 1997.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7 ed. São Paulo. Almedina, 2008.

CFC. **Normas Brasileiras de Contabilidade: Perícia Contábil: NBC TP 01 e NBC PP 01**. Brasília, CFC, 2012.

CPC. **Normas Contábeis** 2011. Disponível em: <http://static.cpc.meddiagroup.com.br>. Acesso em março 2017.

COOPERALFA. **Cooperativismo**. 2010. Disponível em: <http://www.cooperalfa.com.br>. Acesso em março 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial. Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DOS SANTOS, Ariovaldo; GOUVEIA, Fernando Henrique Câmara; VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Contabilidade das sociedades cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas**. Ed. 2. São Paulo: Atlas, 2012.

EPAGRI. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**. Florianópolis: 2014. Disponível em: <http://docweb.epagri.sc.gov.br>. Acesso em março 2017.

FIC, Fernanda Severo. **A evolução da Escrituração Contábil no Brasil**. Porto Alegre: 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br>. Acesso em março 2017.

FIGUEIREDO, A M. B. et al. **Pesquisa científica e trabalhos acadêmicos**. Chapecó: UCEFF Faculdades, 2º ed. 2014.

FRANCISCO, Juarez de Oliveira. **Sociedades Cooperativas: Regime jurídico e procedimentos legais para constituição e funcionamento**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 5ª. ed. 1999.

GONÇALVES, Jackson Eduardo. **Histórico do movimento cooperativista brasileiro e sua legislação: um enfoque sobre o cooperativismo agropecuário**. Ribeirão Preto: 2005.

HOFFMANN, José Hermeto; FELTRACO, Sergio; SZYNKARUK, Adriano. **Agroindústria Soja e Milho**. Rio Grande do Sul. 2013. Disponível em: <http://www.sct.rs.gov.br>. Acesso em março 2017.

LIMA, José Edimilson de Souza; OLIVEIRA, Gilson Batista de. **O desenvolvimento sustentável em foco**: 1 ed. São Paulo. Atlas, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LOKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 5ª. ed. 2003.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Rural**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2002

PADILHA, Drauzio Leme. **Sociedades cooperativas: organização, contabilidade e legislação**. 1 ed. São Paulo: atlas, 1966.

RICCITELLI, Antônio. **Direito constitucional: Teoria do Estado e da Constituição** 4 ed. São Paulo: Manole, 2007.

SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia Contábil**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, Franklin. **Perícia Contábil**. 1. Ed. Recife: Clube de autores, 2011.

SEBRAE. **Cooperativa: Serie Empreendimentos Coletivos**. P. 08. 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecas.sebrae.com.br>. Acesso em março 2017.

SESCOOP. Cooperativismo: Primeiras Lições. 4 ed. Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br>. Acesso em abril 2017.

VIERA, Santos Gouveia. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas**. 2 ed. São Paulo. Atlas, 2012.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Sociedades Cooperativas**. Ed. 4. Curitiba: Juruá, 2004.

